Projeto de Lei nº 14/2019 (Substitutivo)

Dispõe sobre a proibição do corte do fornecimento de água no Município e dá outras providências

A Câmara Municipal de Itaúna – MG decreta:

Art. 1º Fica proibido à concessionária de fornecimento de água SAAE, o corte do fornecimento dos respectivos serviços no Município, por motivo de inadimplência de seus clientes, das 12:00 (doze) horas de sexta-feira até as 08:00 (oito) horas da segunda-feira subsequente**.**

Parágrafo Único. A presente proibição de corte de serviços se estende, também, às 12:00 (doze) horas do último dia útil antecedente a qualquer feriado (nacional, estadual ou municipal) e ponto facultativo municipal, até as 08:00 (oito) horas do primeiro dia útil subsequente.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar, por Decreto, a forma e o valor das sanções a serem aplicadas à concessionária, em caso de descumprimento da presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaúna, 29 de abril de 2019

_____

Márcia Cristina S. Santos
Vereadora - PP

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem como objetivo EVITAR A INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO em vésperas de feriados, nas sextas-feiras, nos finais de semana (sábado e domingo) e nos feriados, uma vez que contraria o Código de Defesa do Consumidor.

Nos finais de semana, as agências bancárias e as próprias concessionárias encontram-se fechadas. Nas vésperas de alguns feriados, o horário de expediente é reduzido, o que impede que o consumidor, ao constatar a efetiva suspensão do serviço, quite a dívida e resolva seu problema de imediato.

Considerando que os serviços de fornecimento de água ser considerados “serviço essencial”, segundo precedentes do Superior Tribunal de Justiça, a suspensão desses serviços deve ser feita, quando for o caso, de modo a viabilizar a possibilidade de imediato pagamento e também do pronto retorno do fornecimento.

Os consumidores, mesmo inadimplentes, devem ser preservados dos constrangimentos desnecessários, sendo certo que uma situação que perdure por muitos dias ultrapassa o limite do razoável, podendo acarretar inúmeros prejuízos como, por exemplo, a perda de alimentos por falta de refrigeração, danos à saúde e impedimento de hábitos saudáveis, tudo isso em virtude da interrupção deste serviço básico.

_____

Márcia Cristina S. Santos
Vereadora - PP

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Relatório
AO PROJETO DE LEI Nº 14/2019 (***Substitutivo***)

Márcio Gonçalves Pinto
Relator da Comissão

Tendo esta Comissão, recebido na data de 02/05/2019, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, a remessa do Projeto de Lei nº 14/2019 (substutivo) que, "*Dispõe sobre a proibição do corte dos serviços de água no Município e dá outras providências*" e tendo avocado a relatoria sobre a matéria em apreço, de acordo com Art.26, inciso II, do Regimento desta Casa passo a expor as seguintes considerações:

O projeto de Lei em comento proibe à concessionária de fornecimento de água Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), o corte do fornecimento dos respectivos serviços no Município, por motivo de inadimplência de seus clientes, das 12:00 (doze) horas de sexta-feira até as 08:00 (oito) horas da segunda-feira subsequente. E em seu parágrafo único reza que a presente proibição de corte de serviços se estende, também, às 12:00 (doze) horas do último dia útil antecedente a qualquer feriado (nacional, estadual ou municipal) e ponto facultativo municipal, até as 08:00 (oito) horas do primeiro dia útil subsequente.

Neste sentido, entendemos que o Projeto de Lei em apreço, está instruído com a documentação necessária e encontra-se elaborado dentro da correta técnica legislativa, atendendo ao que estabelece o art. 40, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Feitas as considerações acima, conclui-se:

VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, e após analisar o Projeto de Lei em questão, entendo que a matéria encontra-se elaborada em conformidade com as Normas Legais e Regimentais atinentes à espécie, e dentro da correta técnica legislativa, tem amparo legal e constitucional, deste Legislativo, estará apta a ser apreciada pelo plenário desta Casa Legislativa.

_____

Márcio Gonçalves Pinto

Relator da Comissão

Somos favoráveis à apreciação do Projeto pelo Plenário, acompanhando o Voto do Relator.

Sala das Comissões, 06 de maio de 2019.

_____ _____

Silvano Gomes Pinheiro — **Membro**

Anselmo Fabiano Santos — **Membro**

COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROJETO DE LEI Nº. 14/2019 (Substitutivo)

Joel Márcio Arruda

Relator da Comissão

Tendo esta Comissão, recebido na data de 08/05/2019, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, a remessa do **Projeto de Lei Substitutivo nº 14/2019** de autoria da edil Márcia Cristina S. Santos, que *"Dispõe sobre a proibição do corte do fornecimento de água no Município e dá outras providências"*, e tendo avocado para si a relatoria da matéria em apreço, passo a expor as seguintes considerações:

O projeto em tramitação, passou pelo crivo da Comissão de Justiça e Redação, possui correta técnica legislativa, está em conformidade com o ordenamento pátrio, sendo, portanto favorável o seu parecer.

No que se refere a competência da Comissão de Obras e Serviços Públicos analisar, consoante art. 28, inciso III do Regimento Interno, não há a nosso sentir, impedimentos para regular tramitação do projeto.

A norma proposta incidirá sobre a prestação de serviço público de abastecimento de água aos munícipes, realizada por autarquia municipal, a qual deve obediência aos princípios administrativos elencados na Carta Magna e aos quais estão sujeitos todos os prestadores de serviços públicos.

Não haverá prejuízos à autarquia vedar o corte do abastecimento de água aos finais de semana, vez que se aprovada a proposta em deslinde, estará se homenageando o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, conferindo ao consumidor a possibilidade de regularizar seus débitos sem contudo ficar privado de serviço tão essencial.

Isto posto, entendemos que o projeto de lei sub examine, preenche todos os requisitos legais e constitucionais e, não representará em qualquer prejuízo aos serviços públicos já postos à disposição da população.

Pelo que opinamos pela deliberação da matéria em plenário, vez que atende ao que estabelece o art.40 do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Feitas as considerações acima, conclui-se:

VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, e após analisar o Projeto de Lei em questão, entendo que a matéria encontra-se elaborada em conformidade com as Normas Legais e Regimentais atinentes à espécie, e dentro da correta técnica legislativa, tem amparo legal e constitucional, deste Legislativo, estará apta a ser apreciada pelo plenário desta Casa Legislativa.

Sala das Comissões, 20 de Maio de 2019.

_____

Joel Márcio Arruda

Relator

Acompanham o Voto do Relator os demais membros da Comissão:

Gláucia Maria Santiago Rodrigues

Membro

Alex Artur da Silva

Membro